## PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

## ATA 10/97 CONSELHO MUNCIPAL DA SAUDE DE PORTO ALEGRE

1 2

3

4 Aos 19 dias do mês de junho de 1997, no auditório da SMS, Av. João Pessoa, 325 - 2º 5 andar, reuniu-se o Plenária do CMS/POA, para deliberar sobre a ordem do dia: 6 Organizações Sociais; Seminário do Conselho; Assuntos Gerais; Estiveram 7 presentes os conselheiros: Ceci Braga da Silva, Raul Torelly Fraga, Sônia Maria 8 Loureiro Scheiber Giovana Roher, Monteiro, Humberto Scorza, Cecília Nunes Pedroso, 9 Josete Moesch, João Elpídio O. Neto, Jaci dos Santos, Jaci dos Santos, Maria Alice P. 10 G. Calvete, Maria Encarnacion M. Ortega, Valdívia Gonçalves Lucas, Maria Rejane 11 Seibel, Manoel Mayer Júnior, Tatiane da Silva, Regina C. de A. Rodrigues, Jorge Abib 12 Cury, Marta Piccinini, Neusa S. L. Heinzelmann, Ana Lúcia Valente A. Menzel, Amaro 13 Silva de Souza Henrique Fontana. Estiveram também presentes os visitantes: Giselda 14 Quintana Marques G. D 5, Norah Helena P. Moschetti - U.S Nova Brasília, Maria Lúcia 15 Baldasso CLS 4, Felipe Dal Pizzol - estudante, Liliam M. Ravanello Silva - U.S Chácara 16 da Fumaça, Ana Maria F. Haase - G.D 6, Cristiano Hahn Englert - estudante, Isalan Alex 17 Triumpho, - estudante, Regina Lucia Calsing - estudante, Irma Pastore, - estudante, 18 Cássia Fossa Copela - estudante, Luciana Regina Siveira, - estudante, Marilene 19 Lacerda - estudante, Diego Moreira D. da Silva, - estudante, Rafael Lobato - estudante, 20 Maria Bernardete Santos da Fonseca - 1ºDRS/SSMA, Isabela Heineck - AFARGS. Jane 21 Maria Boer - U.S Nazaré, Ewerton Luiz Breyer PSF - Orfanatrófio II, Maria Luiza 22 Miranda - CLS4, Ione Terezinha Nichele - CLS5, Maria Gerci Silveira - HPV, Amélia 23 Pereira - PAM4/SPA e Alberto Gabellini. - Comissão organizadora CLS8 Iniciou-se a 24 reunião ás 19h:30min, com a leitura da ata de 04 junho de 1997, pela Conselheira 25 Regina. Feita a leitura, e após as correções, foi aprovada com 02 abstenções. 1-26 Organizações Sociais: Conselheira Regina do SINDISPREV relata que foi falado nas 27 reuniões anteriores sobre Organizações Sociais e faz um histórico da luta dos 28 previdenciários para não transformar o HPV em organizações sociais porque isso 29 acarretaria em demissões. Conselheira Regina retoma que o contrato com a FUGAST 30 esta terminando agora no final de junho e isso gera tensão entre os servidores, porque 31 é neste cenário que este projeto federal está tentando se viabilizar. Resgata a posição 32 da direção da SMS no ano passado e pede que esta seja exposta novamente. 33 Secretário Adjunto Eno relembra, que a SMS elaborou um documento sobre sua 34 posição a respeito do HPV e este foi distribuído a todos os servidores e também aqui 35 no CMS, lembra que a Prefeitura Municipal de Porto Alegre organizou uma plenária 36 popular contra a privatização. Secretário Henrique Fontana destaca que devemos ter 37 claro que o Governo Federal quer com as organizações sociais se desresponsabilizar 38 com a saúde da população. O Governo Federal quer retirar a saúde do núcleo 39 estratégico de responsabilidade do serviço público, não pretende privatizar só saúde 40 incluir-se neste projeto a educação, ciência/tecnológia e cultura. O projeto que o 41 Governo Federal propõe é;1) Limitação dos repasse dos recursos do Governo Federal 42 para estas instituições e que o repasse será feito mediante um contrato de gestão 43 limitado. Sabemos que esta é uma forma de limitar o repasse dos recursos públicos 44 para uma instituição pública. Se o Governo Federal consegue introduzir esta lógica, e 45 define que o recurso público neste hospital será de "X" milhões e não existirá mais 46 ampliação. Isto se não tiver diminuição de recurso conforme claúsulas do contrato de 47 gestão que até hoje ninguém conhece. O Governo Federal ainda não debateu com a 48 sociedade o tal contrato de gestão. 2) Acabar com o serviço público, não terá mais 49 contratação de servidores e isto o projeto diz claramente, serão cedidos os servidores 50 públicos atuais para a futura organização social e outras contratações serão mediante 51 CLT. Secretario Henrique reforça que a posição da SMS será como antes, na defesa do 52 serviço público de saúde e garante que a SMS vai se colocar junto ao CMS nesta luta. 53 Conselheiro Humberto propõe uma articulação rápida entre todos os segmentos: 54 sindicatos, servidores, deputados, CMS etc para que não sejamos pego de surpresa, 55 pois já existe um movimento articulado da parte do Governo Federal. Conselheira

56 Regina propõe:1) a constituição de um grupo de articulação para reunir-se como a 57 direção do HPV para questionar a legalidade desta associação e do estatuto. 2) 58 Acionar a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa para em conjunto promover 59 debate sobre este tema. 3) Que o CMS solicite audiência com o Ministro da Saúde, 60 resgatando o compromisso dele, quando era diretor do HCPA/que seja solicitada 61 ampliação do prazo do contrato da FUGAST. 4) Que o Conselho Estadual de Saúde e 62 Conselho Regional Metropolitano de Saúde façam parte deste grupo de articulação. 5 63 Que seja feito denúncia na Câmara de vereadores dia 20/6 quando teria exposição 64 sobre a Saúde na Região Metropolitana. Pedir a posição dos deputados federais 65 Rossetto e Dipp e solicitar informações de como foi a votação na Câmara Federal 66 sobre contrato de gestão. Secretário Henrique Fontana propõe definir uma data hoje 67 para um debate público e que este seja encabeçado pelo CMS em conjunto com o 68 CES, CRMS e Associação dos Servidores dos Hospitais sejam convidadas a compor 69 este grupo. Sugere que de 3 a 4 Conselheiros componham a comissão para agilizar a 70 articulação deste debate e na sequência marcar uma audiência com o Ministro da 71 Saúde. A plenária aprova as proposições feitas sendo que o 1º passo será retomar o 72 comitê e organizar 1 debate público. A representação dos previdenciários organizará 73 reunião com a direção do HPV. A Comissão aprovada para organizar os 74 encaminhamentos foi Conselheira Regina do SINDIPREV, Conselheiro Amaro - CUT 75 como suplente, Conselheiro Humberto,. ASSMS, estes convidarão CES e CRMS. 76 Seminário do CMS - Conselheira Rejane apresenta o folder com o programa do 77 seminário que será dia 28/6. Os conselheiros presentes recebem, a programação, 78 ficando a cargo da Secretaria Executiva remeter o convite aos conselheiros ausentes. 79 (Assuntos Gerais - 1º) Exposição Relatório da situação da Saúde na Região 80 Metropolitana Câmara - Jane informa que o CMS recebeu, convite da câmara de 81 vereadores de Porto Alegre 20/6 ás 14 horas, no plenário, será exposto o relatório da 82 situação da saúde na região Metropolitana de POA, este relatório é das atividades da 83 Comissão externa de saúde da câmara dos deputados. 2º) Emenda Popular -84 Henrique Fontana propõe pautar para a próxima reunião a discussão sobre a reedição 85 da emenda popular por verbas do orçamento estadual para o HPS no valor de R\$ 86 9.000.000. Faz um breve relato do processo anterior da edição da emenda popular. 30) 87 Audiência com Ministro Saúde: Conselheira Giovana, lembra que na última reunião 88 ficou deliberado marcar audiência com o Ministro da Saúde, durante o Seminário do 89 PSF, esta audiência seria para tratar de repasse verbas para financiar o PSF. Informa 90 que foi organizada uma comissão de última hora; com a participação dos conselheiros 91 presentes no seminário, com técnicos do PSF e com a presença do Secretario 92 Henrique como coordenador do CMS/POA. O Ministro deixou bem clara sua isentação 93 de qualquer responsabilidade de financiar o PSF. Este destacou que deveria ser 94 cobrado de quem prometeu estas verbas, e que o Governo Federal não tinha nenhuma 95 responsabilidade sobre este financiamento e se abrir exceção para POA, teria de abrir 96 para outras capitais municipalizadas. O Ministro se propõe intermediar a discussão 97 entre SSMA e SMS na comissão bipartite. Secretário Henrique reforça o que foi falado, 98 onde fica claro o que o Ministro está constituindo um programa sem recursos para 99 financiar este programa. Segundo o Ministro neste ano provalvelmente não terá 100 alteração de teto para nenhum Estado. Henrique Fontana enfatiza insisti que houve 101 compromisso durante negociação municipalização. Everton, do PSF Orfanotrófio fala 102 que o Ministro tentou explicar que tecnicamente o projeto não previu repasse financeiro 103 por quem o idealizou. PSF é uma proposta diferente de atenção a saúde que levaria a 104 uma diminuição das internações hospitalares, e dos gastos ambulatoriais e este 105 recurso poderia ser utilizado no PSF. Salienta que o grupo explicou ao ministro que a 106 curto e médio prazo o PSF não leva a uma diminuição das internações e gastos 107 ambulatoriais, pois foram implantadas as equipe onde existe exclusão social absoluta e 108 péssima qualidade de vida. Conselheira Regina pergunta se foi, levado algum 109 documento da comissão bipartite, onde consta este compromisso, para mostrar ao 110 Ministro. Secretário Henrique responde que não foi levado nenhum documento e este

111 nem foi cobrado ou contestado pelo Ministro e que isso não influenciou na audiência. 112 Conselheira Giovana propõe que as comunidades sejam informadas de como é o 113 financiamento dos PSFs. Conselheira Regina propõe que financiamento seja agregado 114 na discussão de avaliação do PSF na reunião de julho. 4) Jane apresenta a nova 115 coordenação do CLS 5, Ricardo e Luigia serão representantes técnicos. Alda e lone, 116 representantes dos usuários. Solicitaram pautar para a próxima reunião do CMS uma 117 discussão sobre o PAM 4 - Serviço de Pronto Atendimento. 5) Pauta Próxima Reunião: 118 Ficou deliberado que a pauta da próxima plenária será: atestados de saúde 119 ocupacional/programa saúde trabalhador; Prestação de Contas da SMS; Emenda 120 Popular para LDO. Nada mais tendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 21h e 121 25min da qual foi lavrada a presente ata, e pós leitura e aprovação será devidamente 122 assinada. Porto Alegre, 19 de junho de 1997.

123124

Maria Elaine Facioni Jane Pilar
Secretária do CMS/POA Secretária Executiva CMS/POA
Ata aprovada na reunião Plenária do dia 03/07/1997.